

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.1., 10 e 11 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 937.258 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 209.878 mil. Em 31 de dezembro de 2019, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos naquelas notas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Procedimento Arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 13.c às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, mantém registrada parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizou as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8 – “Intangível”, a Companhia possui montantes significativos de ativos não financeiros relacionados aos contratos de concessão, que representam aproximadamente 94% do total dos ativos em 31 de dezembro de 2019. Esses valores estão diretamente relacionados aos investimentos realizados pela Companhia na concessão das operações da Rodovia Raposo Tavares. Em 31 de dezembro de 2019, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desses ativos pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica nesse exercício e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis. Além disso, na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de finanças corporativas, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também, revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais conservador e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais conservador.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2020.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.787	13.861
Contas a receber	4	22.998	20.395
Estoques		2.104	2.287
Tributos a recuperar	5.a	1.899	718
Adiantamentos		2.164	2.065
Partes relacionadas	6	521	1.094
Total do ativo circulante		<u>51.473</u>	<u>40.420</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	77.715	8.976
Partes relacionadas	6	-	524
Depósitos judiciais	13.d	19.047	18.938
Imobilizado	7	3.806	4.604
Intangível	8	2.325.896	2.286.603
Outros		9	9
Total do ativo não circulante		<u>2.426.473</u>	<u>2.319.655</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.477.946</u>	<u>2.360.075</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	44.694	33.795
Empréstimos e financiamentos	10	140.143	141.158
Debêntures	11	50.586	16.889
Tributos a recolher	5.c	4.464	4.095
Obrigações com empregados e administradores		6.077	5.479
Concessão de serviço público	12	1.099	504
Partes relacionadas	6	4.363	14.614
Receita diferida	14	9.060	8.805
Outros		865	714
Total do passivo circulante		<u>261.351</u>	<u>226.053</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	249.211	358.306
Debêntures	11	937.883	943.134
Partes relacionadas	6	-	143
Provisão para riscos processuais	13	66.887	57.782
Receita diferida	14	39.129	41.338
Provisão para manutenção	15	133.243	118.450
Total do passivo não circulante		<u>1.426.353</u>	<u>1.519.154</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.a	1.560.500	1.180.000
Prejuízos acumulados		(937.258)	(945.632)
Total do patrimônio líquido		<u>623.242</u>	<u>234.368</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b	167.000	380.500
Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>790.242</u>	<u>614.868</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.477.946</u>	<u>2.360.075</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	17	377.377	321.055
Receita de construção	17	137.131	141.554
Custo dos serviços prestados	17	(226.901)	(214.902)
Custo de construção	17	<u>(137.131)</u>	<u>(140.152)</u>
LUCRO BRUTO		<u>150.476</u>	<u>107.555</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(47.065)	(41.465)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	<u>375</u>	<u>1.230</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>103.786</u>	<u>67.319</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	7.116	7.265
Despesas financeiras	18	<u>(171.267)</u>	<u>(168.749)</u>
		<u>(164.151)</u>	<u>(161.484)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(60.365)	(94.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.d	<u>68.739</u>	<u>4.115</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>8.374</u>	<u>(90.050)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	19	<u>0,001</u>	<u>(0,034)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social Subscrito	Prejuízos acumulados	Subtotal	AFAC	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.180.000	(855.582)	324.418	205.000	529.418
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	-	-	175.500	175.500
Prejuízo do exercício		-	(90.050)	(90.050)	-	(90.050)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>1.180.000</u>	<u>(945.632)</u>	<u>234.368</u>	<u>380.500</u>	<u>614.868</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	-	-	167.000	167.000
Aumento de capital		380.500	-	-	(380.500)	-
Lucro líquido do exercício		-	8.374	8.374	-	8.374
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.560.500</u>	<u>(937.258)</u>	<u>242.742</u>	<u>167.000</u>	<u>790.242</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	8.374	(90.050)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>8.374</u>	<u>(90.050)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas		550.821	496.029
Prestação de serviços	17	413.371	352.412
Receita de construção	17	137.131	141.554
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	835
Outras receitas	17	319	1.228
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(256.770)</u>	<u>(261.459)</u>
Custos das mercadorias e serviços		(3.026)	(3.420)
Custo de construção	17	(137.131)	(140.152)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(116.566)	(117.844)
Perda/recuperação de valores ativos		<u>(47)</u>	<u>(43)</u>
Valor adicionado bruto		<u>294.051</u>	<u>234.570</u>
Retenções		<u>(105.122)</u>	<u>(97.750)</u>
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(105.122)</u>	<u>(97.750)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>188.929</u>	<u>136.820</u>
Valor adicionado recebido em transferência		7.116	7.265
Receitas financeiras	18	<u>7.116</u>	<u>7.265</u>
Total do valor adicionado a distribuir		<u>196.045</u>	<u>144.085</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>196.045</u>	<u>144.085</u>
Pessoal e encargos		<u>27.500</u>	<u>26.856</u>
Remuneração direta		19.345	18.098
Benefícios		6.529	6.885
FGTS		1.528	1.732
Outros		98	141
Impostos, taxas e contribuições		<u>(15.339)</u>	<u>37.208</u>
Federais		(47.478)	15.127
Estaduais		12.497	5.483
Municipais		19.642	16.598
Remuneração capital de terceiros		<u>175.510</u>	<u>170.070</u>
Juros e variação monetária		156.589	116.740
Aluguéis		4.243	1.322
Outras		14.678	52.008
Remuneração de capital próprio		<u>8.374</u>	<u>(90.050)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>8.374</u>	<u>(90.050)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A - CART

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes dos impostos e contribuição		(60.365)	(94.165)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	105.122	97.750
Baixa de imobilizado e intangível (PECLD)	7 e 8	517	637
Provisão para manutenção		-	(835)
Margem de construção		14.793	24.078
Constituição de outorga variável		-	(1.402)
Provisão para riscos processuais, líquidos		9.742	34
Variações monetárias e encargos, líquidos		9.105	1.326
		161.002	159.197
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	(2.603)	(929)
Estoques		183	(223)
Tributos a recuperar	5	(1.181)	2.435
Depósitos judiciais		(109)	(1.526)
Adiantamentos		(99)	(388)
Parte relacionada	6	1.097	(1.096)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.169)	5.330
Obrigações com empregados e administradores		598	303
Tributos a recolher		369	(3.119)
Partes relacionadas		(10.394)	(971)
Receita diferida		(1.955)	(1.881)
Pagamento de outorga variável	12	(9.147)	(5.260)
Outras obrigações e contas a pagar		151	673
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>213.656</u>	<u>179.968</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(1.308)	(783)
Aquisição de intangível		(128.756)	(133.232)
Aplicações financeiras		7.565	7.077
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(122.499)</u>	<u>(126.938)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital		167.000	175.500
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10 e 11	(137.320)	(141.922)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10 e 11	(112.911)	(114.279)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(83.231)</u>	<u>(80.701)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>7.926</u></u>	<u><u>(27.670)</u></u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	13.861	41.531
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>21.787</u>	<u>13.861</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>7.926</u></u>	<u><u>(27.670)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas

praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$209.878 (R\$185.633 em 31 de dezembro de 2018), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$190.729.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista INVEPAR.

Adicionalmente, em 10 de maio de 2019, a Administração da INVEPAR divulgou o Fato Relevante no qual informou que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de até 100% da participação da Companhia na sua Controlada CART.

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia assinou o contrato de Compra e Venda de ações para a venda de 100% de sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia informou ao mercado que em geral que foram obtidas as aprovações societárias necessárias para a venda da CART.

A Companhia ressalta que a conclusão desta operação está sujeita ao cumprimento das demais condições precedentes, tais como, as aprovações de órgãos reguladores e credores. A administração espera que a venda possa ser concluída até 31 de dezembro de 2020.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante

determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12).

No exercício de 2019 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de Receita e custo são iguais.

Para o exercício de 2018, a margem de construção foi calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A Companhia não constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.12. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas da companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas Financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.22. Normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas

A lista a seguir traz novas normas e/ou revisões emitidas e não adotadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- a) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00 R2): Válidas a partir de 1º. de janeiro de 2020;
- b) Definição de negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3): Ainda não aprovado pelo CPC e CVM;
- c) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). Ainda não aprovado pelo CPC e CVM; e
- d) IFRS 17 Contratos de Seguros: Ainda não aprovado pelo CPC e CVM.

Essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.313	11.532
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	18.474	2
Fundo Mover	-	2.327
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.787</u>	<u>13.861</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 98,53% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 98,81% em 31 de dezembro de 2018).

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 2018, a CART fazia parte deste fundo, juntamente com a INVEPAR, CLN, METRORIO, METROBARRA, VIA040 e LAMSA. A rentabilidade do fundo foi equivalente a 99,05% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
AVI (a)	21.128	18.020
Vale pedágio	854	983
Locação de fibra óptica	446	347
Outros	570	1.045
Total	22.998	20.395

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos			
			< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias
31 de dezembro de 2019	22.998	22.964	2	3	-	29
31 de dezembro de 2018	20.395	19.838	86	457	14	-

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicações financeiras	1.899	718
Total circulante	1.899	718

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	105.738	58.807
Base negativa	38.065	21.171
Total do ativo fiscal diferido	143.803	79.978
Amortização de direito de concessão	(44.624)	(46.942)
Custo de captação	(11.543)	(13.623)
Margem de construção	(8.128)	(8.551)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.793)	(1.886)
Total do passivo fiscal diferido	(66.088)	(71.002)
Total	77.715	8.976

Do saldo de IRPJ e CSLL diferidos não constituídos até 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 63.825. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$ 15.443.

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos não constituídos totalizam o montante de R\$262.298 (R\$310.679 saldo em 31 de dezembro de 2018).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2019</u>
2020 a 2022	626
2022 a 2024	2.083
2024 a 2026	22.432
2027 em diante	<u>118.662</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>143.803</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(66.088)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>77.715</u></u>

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS e COFINS	1.386	1.308
ISS	2.425	2.174
IRRF e CSRF	371	318
INSS sobre terceiros	282	295
Total circulante	<u>4.464</u>	<u>4.095</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(60.365)	(94.165)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>20.524</u>	<u>32.016</u>
Adições permanentes	(167)	(427)
Adições/exclusões temporárias	(6.414)	(4.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos	63.825	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(9.029)</u>	<u>(22.972)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	<u><u>68.739</u></u>	<u><u>4.115</u></u>

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

31/12/2019							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	521	-	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	4.363	-	(24.125)
Total			521	-	4.363	-	(24.125)

31/12/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA040	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas	Coligada	-	520	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	1.094	-	14.614	-	(23.749)
			1.094	524	14.614	143	(23.749)

(*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.158.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	31/12/2019	31/12/2018
Pró-labore	728	768
Bônus variáveis	644	837
Encargos	345	321
Outros benefícios	156	119
Total	<u>1.873</u>	<u>2.045</u>

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Custo						
Instalações	25	165	-	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	86	-	-	6.482
Móveis e utensílios	10	4.025	124	-	-	4.149
Veículos	5	3.621	-	(123)	348	3.846
Equipamentos de informática	5	39.820	939	-	-	40.759
Ferramentas e aparelhos	5	329	1	-	-	330
		<u>54.356</u>	<u>1.150</u>	<u>(123)</u>	<u>348</u>	<u>55.732</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(45)	(7)	-	-	(51)
Máquinas e equipamentos		(5.491)	(402)	-	-	(5.893)
Móveis e utensílios		(3.721)	(87)	-	-	(3.807)
Veículos		(3.226)	(300)	123	-	(3.404)
Equipamentos de informática		(36.948)	(1.496)	-	-	(38.444)
Ferramentas e aparelhos		(322)	(4)	-	-	(327)
		<u>(49.753)</u>	<u>(2.296)</u>	<u>123</u>	<u>-</u>	<u>(51.926)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.603</u>	<u>(1.146)</u>	<u>-</u>	<u>348</u>	<u>3.806</u>

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Custo						
Instalações	25	164	1	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	-	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	-	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	-	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	-	329
		<u>53.528</u>	<u>942</u>	<u>(114)</u>	<u>-</u>	<u>54.357</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(38)	(7)	-	-	(45)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(375)	62	-	(5.491)
Móveis e utensílios		(3.550)	(187)	16	-	(3.721)
Veículos		(2.648)	(578)	-	-	(3.226)
Equipamentos de informática		(35.161)	(1.823)	36	-	(36.948)
Ferramentas e aparelhos		(312)	(8)	-	-	(322)
		<u>(46.887)</u>	<u>(2.978)</u>	<u>114</u>	<u>-</u>	<u>(49.753)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.641</u>	<u>(2.036)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.604</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
Custo						
Software	5	10.713	-	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.285.330	142.984	(531)	(348)	2.427.435
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		<u>2.930.063</u>	<u>142.984</u>	<u>(531)</u>	<u>(348)</u>	<u>3.072.168</u>
Amortização						
Software		(9.417)	(573)	-	-	(9.990)
Marcas e patentes		(16)	(2)	-	-	(18)
Direito de concessão		(427.661)	(81.118)	14	-	(508.765)
Outorga fixa		(206.366)	(21.133)	-	-	(227.499)
Amortização acumulada		<u>(643.460)</u>	<u>(102.826)</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(746.272)</u>
Intangível líquido		<u>2.286.603</u>	<u>40.158</u>	<u>(517)</u>	<u>(348)</u>	<u>2.325.896</u>

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2018
Custo						
Software	5	10.713	-	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	192.518	(779)	-	2.285.330
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	-	634.000
		<u>2.738.324</u>	<u>192.518</u>	<u>(779)</u>	<u>-</u>	<u>2.930.063</u>
Amortização						
Software		(8.705)	(712)	-	-	(9.417)
Marcas e patentes		(13)	(3)	-	-	(16)
Direito de concessão		(354.879)	(72.924)	142	-	(427.661)
Outorga fixa		(185.233)	(21.133)	-	-	(206.366)
Amortização acumulada		<u>(548.830)</u>	<u>(94.772)</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>(643.460)</u>
Intangível líquido		<u>2.189.494</u>	<u>97.746</u>	<u>(637)</u>	<u>-</u>	<u>2.286.603</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de dezembro de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	44.694	33.790
Fornecedores internacionais	-	5
Circulante	<u>44.694</u>	<u>33.795</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(80.949)	(22.326)	22.115	555	80.821	81.956
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.371)	(22.060)	20.543	2.646	39.011	58.186
Total	141.158	(122.320)	(44.386)	42.658	3.201	119.832	140.143
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-	-	-	2.398	(80.821)	134.256
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-	-	-	7.170	(39.011)	186.259
Total	430.779	-	-	-	9.568	(119.832)	320.515
Total geral	571.937	(122.320)	(44.386)	42.658	12.769	-	460.658
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)						(71.304)
Dívida líquida	499.464						389.354

	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	(80.528)	(27.871)	27.453	551	80.532	81.741
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	(39.749)	(26.167)	23.672	1.956	39.749	59.417
Conta garantida - Bradesco	219	(219)	(20)	-	20	-	-
Total	141.779	(120.496)	(54.058)	51.125	2.527	120.281	141.158
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	1.731	(80.532)	212.679
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	8.270	(39.749)	218.100
Total	541.059	-	-	-	10.001	(120.281)	430.779
Total geral	682.838	(120.496)	(54.058)	51.125	12.528	-	571.937
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)						(72.473)
Dívida líquida	609.417						499.464

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras no montante de R\$71.304 em 31 de dezembro de 2019 (R\$72.473 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificados de Depósitos Bancários					
Pós- fixado			Out/19 a		
Compromissadas com BNDES	95,00%	CDI	Dez/22	71.304	72.473

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa média de 96,52% do CDI).

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	63.023
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	72.261
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	94.421
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	56.215
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	174.738
Subtotal				<u>460.658</u>
Aplicações financeiras vinculadas				<u>(71.304)</u>
Empréstimos e financiamentos líquidos				<u>389.354</u>
			Parcelas do circulante	140.143
			Parcelas do não circulante	249.211

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2019 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2018), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.
Vide hipóteses de vencimento cruzado na Nota explicativa nº 11.

11. DEBÊNTURES

	31/12/2018	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2019
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	23.007	-	(15.000)	(68.525)	61.716	18.593	38.015	57.806
Custos a amortizar	(6.118)	5.598	-	-	-	520	(7.220)	(7.220)
Total	16.889	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	19.113	30.795	50.586
Passivo não circulante								
Debêntures	984.104	-	-	-	-	19.147	(38.015)	965.236
Custos a amortizar	(33.950)	-	-	-	-	-	7.220	(26.730)
Total	950.154	-	-	-	-	19.147	(30.795)	938.506
Total geral	967.043	5.598	(15.000)	(68.525)	61.716	38.260	-	989.092
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.020)							(624)
Dívida líquida	960.023							988.468

	31/12/2017	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	22.408	-	(21.426)	(60.221)	60.030	395	21.821	23.007
Custos a amortizar	(5.149)	5.148	-	-	-	-	(6.117)	(6.118)
Total	17.259	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	395	15.704	16.889
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	38.682	(21.821)	984.104
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-	-	6.117	(33.950)
Total	927.176	-	-	-	-	38.682	(15.704)	950.154
Total geral	944.435	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	39.077	-	967.043
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(7.020)
Dívida líquida	937.330							960.023

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$624 em 31 de dezembro de 2019 (R\$7.020 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa de 96,52% do CDI).

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2019	
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	518.317	
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	504.725	
(-) Custos de transação - Debêntures				(33.950)	
Subtotal				989.092	
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(624)	
Debêntures líquidas				988.468	
Parcelas do circulante				50.586	
Parcelas do não circulante				937.882	
	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado Compromissadas com Debêntures	95,00%	CDI	Out/19 a Dez/22	28.401	7.020

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures teriam o prazo de vencimento de 12 anos, venceriam em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios seriam pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$33.950 (R\$40.068 em 31 de dezembro de 2018).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A-", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’ em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil.

Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019, de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que foi retomada no dia 5 de junho de 2019. Nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do *Waiver*; e
- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de “waiver fee” e sem repactuação de taxas.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas INVEPAR, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
INVEPAR	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;

- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.099 (R\$504 em 31 de dezembro de 2018).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$9.147 (R\$2.533 em 31 de dezembro de 2018) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$24.403. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$136.146. Vigência de 12 meses.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco

Natureza do risco	31/12/2019		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	7.624	20.831	28.455
Cíveis	5.016	21.180	26.196
Tributária	-	592	592
Procedimentos Arbitrais	54.257	152.289	206.546
Total	66.897	194.892	261.789

Natureza do risco	31/12/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	4.924	17.501	22.425
Cíveis	2.733	31.577	34.310
Procedimentos Arbitrais	50.125	63.277	113.402
Total	57.782	112.355	170.137

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	31/12/2018	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	31/12/2019
Trabalhistas	4.924	4.391	(1.961)	270	7.624
Cíveis	2.733	6.824	(4.905)	364	5.016
Procedimentos Arbitrais	50.125	4.132	-	-	54.257
Total	57.782	15.347	(6.866)	634	66.897

Natureza do risco	31/12/2017	Constituição	Reversões/ pagamentos	31/12/2018
Trabalhistas	3.986	4.926	(3.988)	4.924
Cíveis	2.345	2.448	(2.060)	2.733
Procedimentos Arbitrais (a)	-	50.125	-	50.125
Total	6.331	57.499	(6.048)	57.782

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Detalhamos abaixo as principais causas:

i. Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.580.

ii. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes. Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 6.812.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que OAS S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART respondeu ao pedido de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018. As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$54.246 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$119.742 como possível e R\$341.169 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R\$438.867 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$1.746 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$1.899).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de R\$ 17.301 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$17.039).

14. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Infraestrutura de telecomunicação	48.189	49.748
Outros	-	395
Total	<u>48.189</u>	<u>50.143</u>
Circulante	9.060	8.805
Não circulante	39.129	41.338

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2019 é:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante	118.450	14.793	133.243
Total	<u>118.450</u>	<u>14.793</u>	<u>133.243</u>

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2018</u>
Não circulante	94.372	24.078	118.450
Total	<u>94.372</u>	<u>24.078</u>	<u>118.450</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.560.500, representados por 5.591.484 ações, sendo 2.795.742 ações preferenciais e 2.795.742 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389 ações, sendo 1.308.194 ações preferenciais e 1.308.194 ações ordinárias), integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INVEPAR	<u>167.000</u>	<u>380.500</u>
	<u>167.000</u>	<u>380.500</u>

Durante o exercício de 2019, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R\$ 167.000, tendo em vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

<u>Data da integralização</u>	<u>Valor</u>
26/02/2019	2.000.000
28/02/2019	500.000
01/03/2019	3.500.000
15/03/2019	66.000.000
21/03/2019	3.000.000
29/03/2019	3.000.000
12/04/2019	8.000.000
24/04/2019	5.000.000
29/04/2019	19.000.000
27/05/2019	20.000.000
17/06/2019	9.000.000
04/07/2019	23.000.000
15/07/2019	5.000.000
<u>Total</u>	<u>167.000.000</u>

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2019 e 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita de pedágio	396.103	334.709
Receitas acessórias	17.073	17.511
Outras receitas	195	192
Impostos, deduções e cancelamentos	(35.994)	(31.357)
Receita de serviços	377.377	321.055
Receita de construção	137.131	141.554
Receita total	<u>514.508</u>	<u>462.608</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(32.437)	(31.327)
Conservação e manutenção	(42.842)	(35.347)
Despesas administrativas	(31.841)	(31.052)
Operacionais	(29.568)	(30.356)
Outorga variável	(12.394)	(5.294)
Custo de construção	(137.131)	(140.152)
Provisão de manutenção	(14.792)	(24.079)
Depreciação e amortização	(105.122)	(97.750)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(4.971)	(1.164)
Outras receitas operacionais	375	1.230
	<u>(410.724)</u>	<u>(395.289)</u>
Custo de serviços prestados	(226.901)	(214.902)
Custo de construção	(137.131)	(140.152)
Despesas gerais e administrativas	(47.065)	(41.465)
Outras receitas operacionais	375	1.230
	<u>(410.724)</u>	<u>(395.289)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	6.517	7.077
Outros	599	188
Total receitas financeiras	<u>7.116</u>	<u>7.265</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias (a)	(13.676)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(41.800)	(51.125)
Variação monetária passiva	(47.603)	(51.605)
Juros sobre debêntures	(67.836)	(65.181)
Outros	(352)	(838)
Total despesas financeiras	<u>(171.267)</u>	<u>(168.749)</u>
Total resultado financeiro	<u>(164.151)</u>	<u>(161.484)</u>

(a) Foram registradas as despesas inerentes ao waiver do vencimento antecipado das debêntures, conforme mencionado na Nota explicativa nº 11, prêmio flat aos debenturistas e despesa com prestação de serviço do agente fiduciário envolvido na operação.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	4.187	4.187	8.374	(45.025)	(45.025)	(90.050)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	2.795.742	2.795.742	5.591.484	1.308.195	1.308.195	2.616.389
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	0,001	0,001		(0,034)	(0,034)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 42.600	16/03/2020	16/06/2020	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 157.732	16/03/2020	16/06/2020	Fator	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
AUTO FROTA	Tabela FIPE	24/08/2019	24/08/2020	Porto Seguro	-
Drone	649.433	08/10/2019	08/10/2020	MAPFRE	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente conforme demonstração abaixo:

Instrumentos financeiros	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	21.787	-	13.861	-
Contas a receber	-	22.998	-	20.395
Partes relacionadas	-	521	-	1.619
Total do ativo	21.787	23.519	13.861	22.014
Passivos				
Fornecedores	-	44.694	-	33.795
Partes relacionadas	-	4.363	-	14.757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.377.822	-	1.459.487
Concessão de serviço público	-	1.099	-	504
Obrigações com empregados e administradores	-	6.077	-	5.479
Total do passivo	-	1.434.056	-	1.514.022

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2019 tinham o valor de R\$988.469 (R\$960.023 em 31 de dezembro de 2018).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta valores a receber de R\$22.998, sendo 58,77% deste total, valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	190.729	859.306	327.788	1.377.823
Fornecedores	44.694	-	-	44.694
Concessão de serviço público	1.099	-	-	1.099

31 de dezembro de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	158.047	910.812	390.628	1.459.487
Fornecedores	33.795	-	-	33.795
Concessão de serviço público	504	-	-	504

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	4,27%	3,20%	2,14%
TJLP (% ao ano)	4,83%	6,04%	7,25%
IPCA Ativo (% ao ano)	3,62%	2,72%	1,81%
IPCA Passivo (% ao ano)	3,62%	4,53%	5,43%

Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Ativo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	18.474	789	591	395
		18.474	789	591	395

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	RESULTADO			
		Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	216.212	10.443	13.059	15.675
BNDES	IPCA	244.445	8.849	11.073	13.273
Debênture (**)	IPCA	1.023.042	37.034	46.343	55.551
Total		1.483.699	56.326	70.475	84.499
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(71.928)	(3.071)	(2.301)	(1.539)
Total		1.411.771	53.255	68.174	82.960

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas n°s 10 e 11).

(**) Não inclui Custos a amortizar

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.377.823	1.459.487
Caixa e equivalentes de caixa	(21.787)	(13.861)
Dívida líquida	1.356.036	1.445.626
Patrimônio líquido	790.242	614.868
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.146.278	2.060.494

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	21.787	-	21.787	-
Total	21.787	-	21.787	-
Empréstimos e financiamentos	389.354	-	389.354	-
Debêntures	988.468	-	988.468	-
Concessão de serviço público	1.099	-	1.099	-
Total	1.378.921	-	1.378.921	-

Mensurados a valor justo Ativos e Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	13.861	-	13.861	-
Total	13.861	-	13.861	-
Empréstimos e financiamentos	499.464	-	499.464	-
Debêntures	960.023	-	960.023	-
Concessão de serviço público	504	-	504	-
Total	1.459.991	-	1.459.991	-

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2019	31/12/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	23.389	9.321
	<u>23.389</u>	<u>9.321</u>

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 (“Coronavírus”)

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 orientado as Companhias e seus Auditores Independentes a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais as companhias estão expostas, em especial como eventos subsequentes para as companhias que encerram o exercício em 31 de dezembro de 2019. Neste sentido, a Companhia destaca que, a despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. Por isso, não é possível, nesse momento, precisar os reais impactos do avanço do COVID-19 para os negócios e/ou para as estimativas contábeis. Além dos efeitos adversos, as consequências de algumas medidas que precisam ser tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade, gerando queda no fluxo de passageiros e reduzindo assim o tráfego, especialmente de veículos leves.

No âmbito corporativo, a Companhia implementou medidas necessárias para minimizar qualquer impacto na qualidade do atendimento a seus clientes, mitigar riscos para colaboradores e familiares e garantir a manutenção e continuidade das operações, dentre as quais:

- i. Comunicação corporativa recorrente por e-mail e aplicativos de mensagens, visando informar e conscientizar todos os colaboradores sobre os riscos relacionados à disseminação do vírus, sobre as formas de prevenção e, ainda, endereços para obtenção de informações oficiais e para verificação das informações falsas (Fake News);
- ii. Adoção do regime de home office para todos os colaboradores onde essa modalidade for possível;
- iii. Realização de viagens nacionais e internacionais apenas quando for imprescindível, adotando e priorizando a realização de reuniões por videoconferência;

- iv. Reforço na higienização de todos os locais de trabalho, incluindo dentre outros praças de pedágio e postos de atendimento das rodovias.

A Administração da Companhia seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.



2019

Relatório da Administração



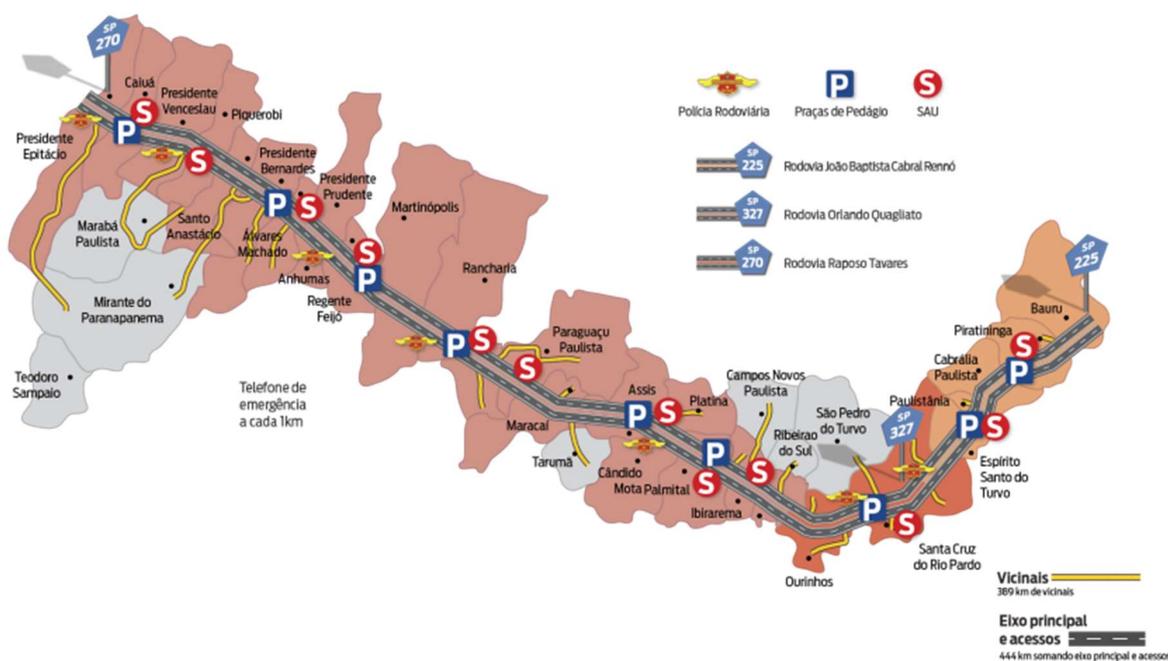
Índice

A COMPANHIA	1
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA	1
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO.....	2
SUSTENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS	3
PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA	3
ÉTICA E <i>COMPLIANCE</i>	4
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	5
MEIO AMBIENTE	5
RESULTADOS	7
CONTEXTO ECONÔMICO.....	7
RESULTADOS OPERACIONAIS	9
RESULTADOS FINANCEIROS	10
FLUXO DE CAIXA	14
ENDIVIDAMENTO	14
INVESTIMENTOS.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
PERSPECTIVAS E PLANOS	16
AUDITORES INDEPENDENTES	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
ANEXOS	17

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART, é uma sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do Corredor rodoviário Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo. A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Atualmente, a Companhia é controlada pela Investimentos e Participações e Infraestrutura S.A – Invepar, que, em 19 de dezembro de 2019, firmou junto ao Infraestrutura Brasil Holding II S.A., controlado pelo Pátria Infraestrutura III Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Contrato de Compra e Venda de Ações (“SPA” na sigla em inglês) para a venda da totalidade das suas ações na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A.



Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 19 anos. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2019, verificamos uma recuperação nos resultados operacionais da Companhia, encerrando o ano com 51,1 milhões de veículos equivalente pagantes, 5,1% a mais do que em 2018. Além disso, o Grupo Invepar implementou diversas ações e programas voltados para a melhoria do clima organizacional e para a gestão de pessoas.

Em 2019 também tivemos grandes realizações, como a conclusão da duplicação da SP-270, após

a construção de dois novos dispositivos, a implementação do Programa de Proteção à Fauna e o recebimento da certificação ISO 9001.

Em 2020 continuaremos operando as rodovias sob nossa concessão com excelência, prezando pela qualidade e segurança da via. Esperamos também que o processo de venda da Companhia seja concluído no primeiro semestre deste ano.

DESTAQUES DO ÚLTIMO ANO

Programa de Proteção à Fauna

Implantação de estruturas de travessia e de ações para redução de atropelamentos, preservação da fauna nativa e segurança para os usuários da via.

Inovação

Em 2019, as rodovias do Grupo Invepar conquistaram a 4ª posição entre as empresas mais inovadoras do setor de infraestrutura. Esta colocação consta na 5ª edição do Anuário de Inovação Brasil, preparado pela consultoria estratégica Strategy& e pelo jornal Valor Econômico. Foram apontados como diferenciais inovadores o investimento em novos produtos e projetos, como a utilização de rejeitos da siderurgia e da mineração no recapeamento das pistas e o uso de escória de alto-forno na capa asfáltica.

Gestão Centralizada de Rodovias

A Gestão Centralizada de rodovias na controladora Invepar também foi um dos destaques, com a criação, em abril de 2019, do Escritório do Projetos, núcleo altamente especializado e responsável pela gestão dos investimentos e do portfólio do Grupo Invepar. A Invepar foi pioneira na introdução do SGR, Sistema de Gestão de Rodovias. Na Companhia, a implantação do SGR foi concluída em outubro do último ano.



Qualidade em Foco - ISO 9001

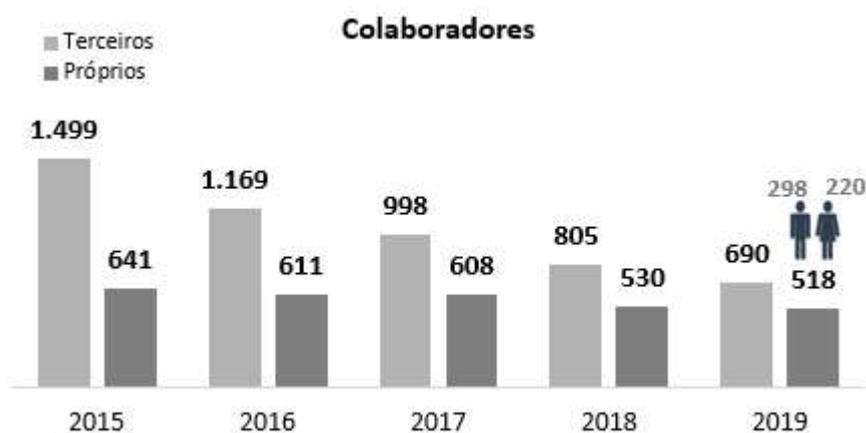
A ISO 9001 é um sistema de gestão com o intuito de garantir a otimização de processos, maior agilidade no desenvolvimento de produtos e produção mais ágil, a fim de satisfazer os clientes e alcançar o sucesso sustentado. Em outubro de 2019, a CART recebeu a certificação por meio da auditoria externa, reforçando o compromisso com a qualidade na prestação do serviço.

Sustentabilidade dos Negócios

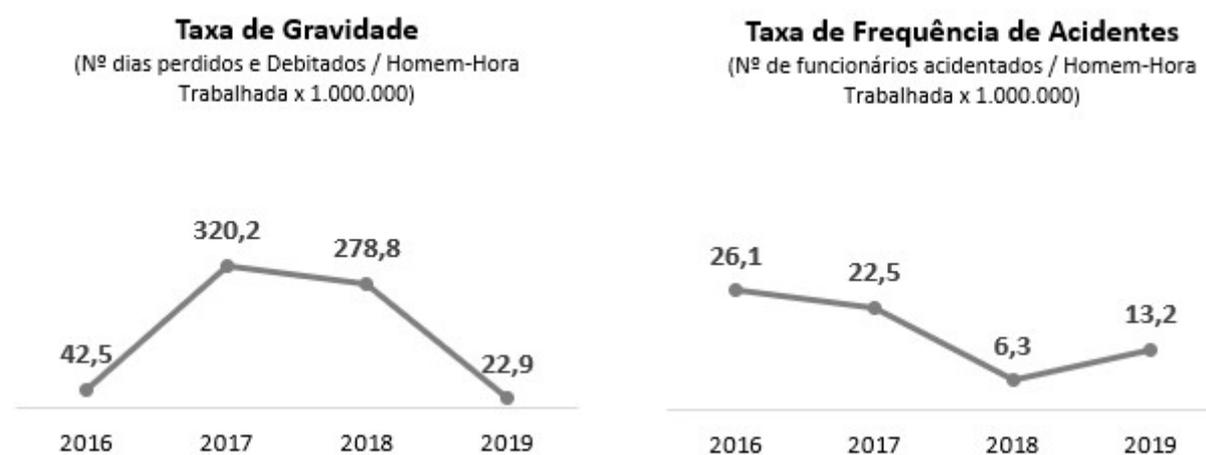
PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

Uma das frentes para a melhoria do clima organizacional no Grupo Invepar são as ações voltadas para a saúde e bem-estar dos colaboradores. Em 2019, o Grupo passou a contar com o *Gympass*, aplicativo que viabiliza o acesso a diversas academias e locais para a prática de atividades físicas e

foi implementado para que os funcionários e seus familiares (cônjuges e filhos) tenham mais saúde e qualidade de vida. Em 2019, as ações Corporativas voltadas para saúde, prevenção, conscientização e bem-estar dos colaboradores, como o Novembro Azul, foram desenvolvidas pela Matriz e disseminadas por todo o Grupo tiveram uma novidade, que foi um podcast sobre a saúde do homem, preparado em parceria com o Instituto Oncoguia e disponível na plataforma *Spotify*.



O Grupo Invepar encerrou dezembro de 2019 com ZERO ACIDENTE em todas as empresas, uma importante conquista e que é resultado do envolvimento e comprometimento de todos os quase 7 mil colaboradores do Grupo, incluindo os 518 colaboradores da CART. Ações voltadas para a redução e prevenção de acidentes são promovidas pela Invepar para todas as empresas do Grupo, bem como treinamentos e instruções práticas e teóricas. Dentre essas ações, destaque para o Programa Atitude Segura Sempre, alinhado às melhores práticas do mercado, com foco na conscientização e prevenção de acidentes, e que proporcionou uma redução muito significativa na taxa de gravidade. Destaque também para a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), realizada em dezembro. Os eventos contaram com uma série de atividades a fim de fomentar a conscientização a respeito de temas ligados à saúde e segurança no trabalho e no cotidiano, com foco na prevenção de acidentes e na qualidade de vida.



ÉTICA E COMPLIANCE

Nos últimos anos, a controladora Invepar estruturou um Programa de Compliance, tendo este passado por Auditoria Externa que atestou sua eficiência. Em 2019, este Programa de Integridade evoluiu de forma significativa, conforme diagnóstico realizado por consultoria internacional. Esse reconhecimento é fruto de um robusto trabalho desempenhado para implementar e disponibilizar processos e normativos, consolidar um canal de denúncias terceirizado, um Comitê de Ética atuante, ministrar treinamentos *regulares e realizar due diligences* de integridade de parceiros de negócios.

Em 2019, a Diretoria de Compliance e Riscos da Invepar realizou treinamentos para colaboradores e para prestadores de serviços em diferentes unidades de negócios do Grupo. Na CART, o treinamento foi realizado em setembro. Este tipo de ação, prevista no Programa de Integridade, tem como objetivo compartilhar os principais normativos e processos e destaca a importância da transparência e da ética nas relações cotidianas, o cumprimento do contrato de prestação de serviços, bem como a utilização adequada do Canal de Denúncia.

Como consequência deste trabalho, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo Invepar foi reconhecido como uma das empresas mais éticas do país pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. Para 2020, a



controladora tem como meta a consolidação do nível de integração. Além da evolução em aspectos como tecnologia, treinamento e identificação de riscos, o Grupo visa também a normalização do processo.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico. Os projetos sociais do Grupo são desenvolvidos pelo Instituto Invepar com parceiros e atuam em diversas frentes, buscando reduzir eventuais impactos das operações das concessões sobre a sociedade. Também são promovidas e apoiadas ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades no entorno das concessões. O Instituto Invepar desenvolve, ainda, projetos de caráter social nas áreas de esporte, meio ambiente, cultura e educação. A seguir serão listadas algumas iniciativas de caráter social do Grupo Invepar.

Dentre os projetos e ações apoiados pelo Instituto Invepar e pela CART, estão os projetos Trânsito Legal, Saúde e Cidadania, Formando Talentos e o Bora Correr. Em 2019, destaque para o Programa Atitude Segura & Gentileza, que busca conscientizar a população para a sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é o Acorda Motorista, realizado em parceria com a Polícia Militar Rodoviária e que busca orientar motoristas sobre a importância do descanso regular, da qualidade do sono e da segurança viária para prevenção de acidentes, principalmente colisão traseira.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Através de uma Política de Meio Ambiente estabelecida pela Invepar, diversos KPIs são desdobrados da Invepar para as empresas controladas, de modo a garantir seu controle e acompanhamento conforme modelo de gestão de resultados do Grupo. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema ICG (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela alta direção da Invepar através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2019, destaque para:

Programa de Proteção à Fauna

Projeto pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias do Grupo Invepar. O uso das passagens de fauna da CART mais que dobraram no último ano. Também se verificou recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna.

Asfalto Ecológico

Utilização de tecnologia renovável do Asfalto Ecológico, conhecido como Asfalto Espuma, no recapeamento da malha. Além de entregar um asfalto mais durável, que tem vida útil prevista de 10 anos



conforme testes já aplicados, a Companhia irá reduzir o impacto ambiental de suas obras de pavimentação. Essas são medidas inovadoras e que, além do ganho ambiental uma vez que os resíduos não são descartados, garantem mais durabilidade ao pavimento superior, já que a acomodação do asfalto espuma na base do pavimento concede mais flexibilidade e, conseqüentemente, a redução na formação de trincas na via.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

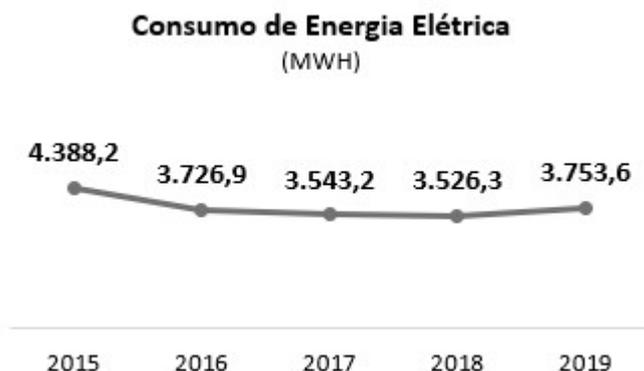
Consumo de Água

Em 2019, foi identificado e tratado um vazamento existente na rede de hidrantes da CART, que proporcionava o aumento do consumo nas praças de pedágio. Além disso, houve a implantação do projeto piloto na Praça P01, com a pintura das estruturas de proteção das cabines de pedágio, na cor preta. Em razão disso, reduziu a frequência de limpeza nas praças e, conseqüentemente, houve uma diminuição no consumo de água na ordem de 1,3%.



Consumo de Energia

No consumo de energia elétrica houve um aumento em consequência de maior uso de equipamentos de ar condicionado.



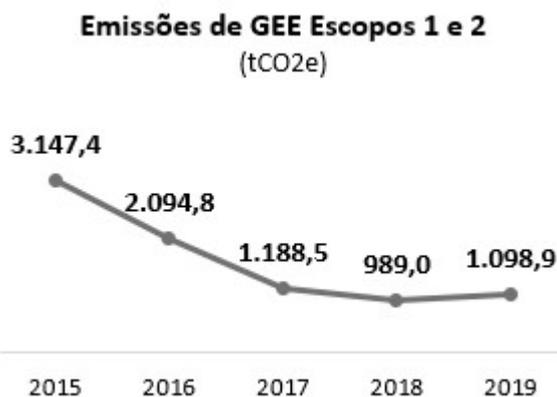
Consumo de Combustível

Verificou-se aumento no consumo de combustível após a internalização da equipe de sinalização, serviço que antes era executado por uma empresa terceirizada. Também houve incremento da frota, com 3 equipamentos de guincho e 10 carros.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2) ¹

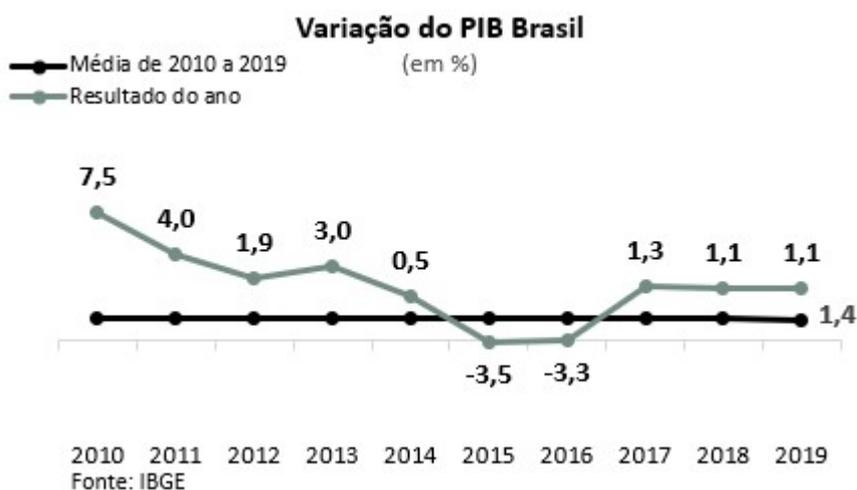
O aumento no volume de emissões de GEE está relacionado ao aumento no consumo de combustível e de energia elétrica.



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

Nos últimos 6 anos o país passou por um período de fraco desempenho em termos econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) da última década registrou crescimento médio anual de 1,4%. Este ritmo mais lento de crescimento, especialmente na segunda metade da década, teve como consequências o retrocesso em algumas questões sociais, como os níveis de emprego e renda, a retração nos investimentos, a baixa performance do setor produtivo além do abalo nos níveis de confiança dos mercados e das famílias.



Iniciamos 2020 com expectativas melhores e com a esperança de que o país sairia de uma recessão histórica. No Relatório de Mercado Focus divulgado dia 3 de fevereiro deste ano, a expectativa de crescimento da economia em 2020 era de 2,30%. O cenário de juros historicamente mais baixo e a



sinalização de que as reformas políticas estavam acontecendo – a Reforma da Previdência foi promulgada em novembro de 2019 – reforçavam a expectativa de retomada do crescimento.

Contudo, faz-se necessário comentar sobre os efeitos da rápida disseminação do Coronavírus (COVID-19) no país, com impacto direto nos negócios, bem como os riscos e dúvidas aos quais as companhias estão expostas. Ainda não se sabe qual será o tamanho do impacto do COVID-19 na economia local e global e quanto tempo será necessário para conter o avanço do vírus. As projeções de bancos e instituições financeiras estão passando por uma série de revisões e ajustes a partir das atualizações sobre a propagação e contenção da pandemia. Neste contexto, não estão excluídas as possibilidades de estagnação ou de retração da atividade econômica. Esta deterioração do cenário econômico está relacionada, dentre outros fatores, à possibilidade de paralisação de alguns setores e atividades, à queda no consumo causada pelas restrições de mobilidade, à desaceleração da economia local e global e à piora das condições financeiras e de liquidez.

As companhias, o mercado e a população em geral esperam que os governos implementem rapidamente as medidas emergenciais e as reformas necessárias para mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no desenvolvimento econômico e social do país.

Neste momento, não é possível passar uma expressão exata das eventuais consequências do avanço do Coronavírus para a continuidade dos negócios e/ou para as estimativas contábeis. No entanto, não se pode descartar que algumas medidas que já vem sendo implementadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade e à paralisação de alguns setores, poderão afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Não é possível precisar por quanto tempo essas medidas irão perdurar, mas a administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	2019	2018	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,31%	3,75%	0,6 pp
CDI Final do Período	4,40%	6,42%	-2,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	5,94%	6,40%	-0,5 pp
TJLP Final do Período	5,57%	6,98%	-1,4 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,20%	6,72%	-0,5 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/serie-historica-do-di.htm

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

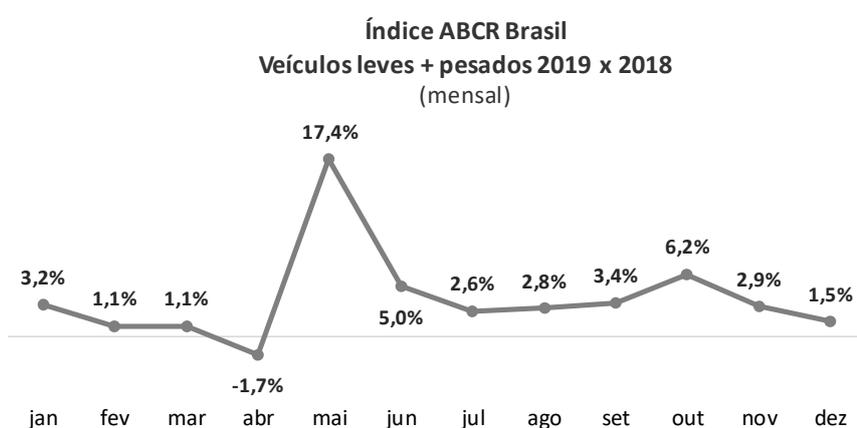


RESULTADOS OPERACIONAIS

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/19 sobre Jan-Dez/18): Brasil	3,5%	4,1%	3,6%
Acumulado 4º Trimestre (Out-Dez/19 sobre Out-Dez/18): Brasil	3,7%	3,4%	3,7%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>



Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma recuperação no tráfego em 2019 após a greve dos caminhoneiros em 2018, com destaque para aumento de 17,4% no tráfego em maio de 2019 (a greve dos

caminhoneiros ocorreu em maio de 2018). No acumulado do ano, o crescimento foi de 3,6%. Ainda de acordo com a ABCR, em 2019, o desempenho do fluxo de veículos apresentou crescimento entre todos os tipos de veículos e regiões, ainda que de forma diferenciada. Esse crescimento foi influenciado pelo quadro de retomada da economia ao longo de 2019 e, considerando uma perspectiva de maior crescimento da economia brasileira para 2020, é esperada uma nova expansão no fluxo de veículos. No entanto, esses indicadores devem ser cuidadosamente analisados pois, quando comparados a 2018, estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida entre os dias 21 e 31 de maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias.

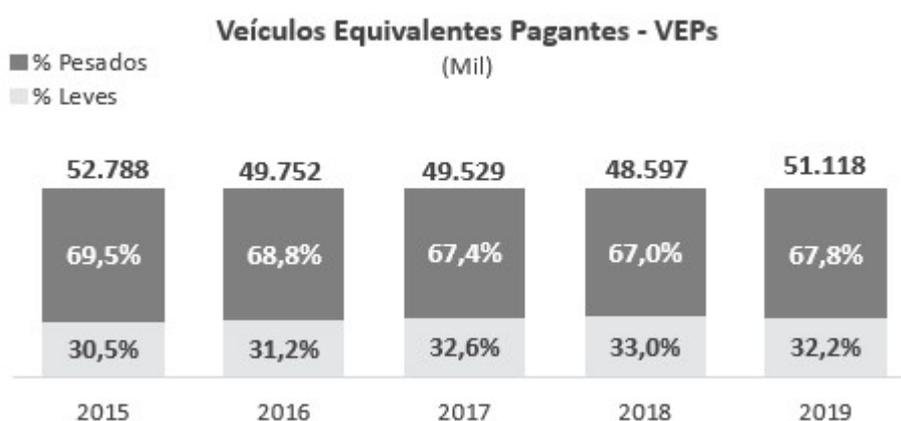
Desempenho Operacional (Mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
VEPs¹	12.957	12.751	1,6%	51.118	48.597	5,2%
Veículos Leves	4.443	4.433	0,2%	16.445	16.061	2,4%
Veículos Pesados	8.514	8.319	2,4%	34.672	32.536	6,6%
Tráfego²	6.612	6.572	0,6%	25.099	24.121	4,1%
Veículos Leves	4.498	4.489	0,2%	16.660	16.260	2,5%
Veículos Pesados	1.995	1.957	1,9%	7.971	7.399	7,7%
Veículos Isentos	120	126	-4,8%	468	462	1,3%
Tarifa Média (R\$)	8,01	7,00	33,3%	7,75	6,89	16,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia



A CART registrou 51,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2019, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. É importante ressaltar que o resultado de 2019, quando comparado a 2018, considera o efeito da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos pesados e leves. Ao colocar os números de 2019 e de 2018 na mesma base de comparação, ou seja, excluindo de ambas as bases o período de 21 a 31 de maio, o resultado é de crescimento de 3,4% em 2019 em relação ao ano anterior. No 4T19, as nove praças de pedágio da CART registraram 13,0 milhões de VEPs, um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2018. Contribuiu para o resultado positivo da CART em 2019 a safra recorde de milho no Mato Grosso do Sul e os veículos carregados com cana de açúcar, que desde o segundo trimestre do ano apresentaram aumento significativo, impactando diretamente na performance de VEPs pesados.



A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, foi maior em 2019 comparado a 2018.

RESULTADOS FINANCEIROS

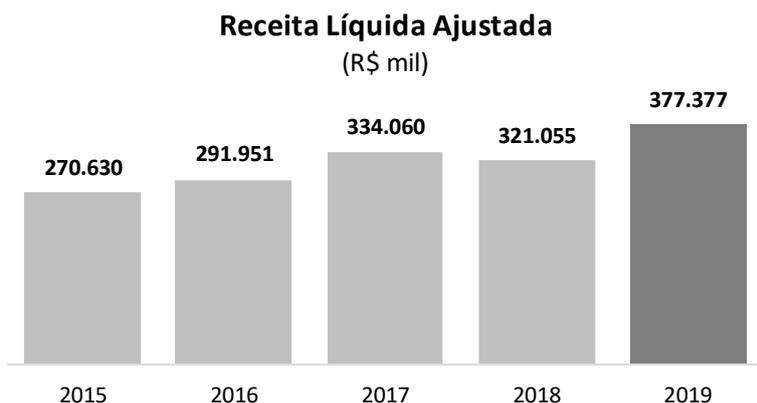
Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Receita Bruta	153.687	84.666	81,5%	550.502	493.965	11,4%
Receitas com Pedágio	103.796	89.240	16,3%	396.103	334.709	18,3%
Receitas Acessórias	4.411	4.690	-6,0%	17.268	17.703	-2,5%
Receita de Construção (IFRS)	45.481	(9.263)	n.m	137.131	141.554	-3,1%
Receita Bruta Ajustada¹	108.206	93.930	15,2%	413.371	352.412	17,3%
Deduções da Receita Bruta	(9.319)	(6.862)	35,8%	(35.994)	(31.357)	14,8%
Receita Líquida Ajustada¹	98.887	87.068	13,6%	377.377	321.055	17,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Em 28 de dezembro de 2018, o Poder Concedente reconheceu que o não repasse do reajuste contratual em 2013 às tarifas de pedágio causou desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão. O restabelecimento da condição original do contrato de concessão da CART ocorreu por meio de reajuste tarifário vigente desde o dia 31 de dezembro de 2018.





A Receita Líquida Ajustada da Companhia aumentou em 17,5% em 2019, atingindo R\$ 337,3 milhões. O aumento de 18,3% nas Receitas com Pedágio em 2019 em relação a 2018 pode ser explicado pelo aumento no número de VEPs e pelos reajustes tarifários que correram em 28 de dezembro de 2018 e 1º de julho de 2019.

Abaixo, quadro com as tarifas das nossas nove praças de pedágio da CART:

Praças	Dez/18 em R\$	Dez/19 em R\$	▲
P1	R\$ 6,90	R\$ 7,20	4%
P2	R\$ 5,80	R\$ 7,10	22%
P3	R\$ 7,00	R\$ 7,40	6%
P4	R\$ 8,30	R\$ 8,70	5%
P5	R\$ 8,70	R\$ 9,10	5%
P6	R\$ 7,10	R\$ 7,40	4%
P7	R\$ 7,10	R\$ 7,50	6%
P8	R\$ 9,40	R\$ 9,80	4%
P9	R\$ 7,00	R\$ 7,30	4%

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Pessoal	(8.398)	(8.195)	2,5%	(32.437)	(31.327)	3,5%
Conservação & Manutenção	(9.600)	(8.967)	7,1%	(42.842)	(35.347)	21,2%
Operacionais	(7.206)	(9.918)	-27,4%	(29.568)	(30.356)	-2,6%
Despesas Administrativas	(7.949)	(9.752)	-18,5%	(36.437)	(30.984)	17,6%
Custos & Despesas Administráveis	(33.152)	(36.832)	-10,0%	(141.285)	(128.014)	10,4%
Outorga Variável	(3.246)	(1.417)	n.m	(12.394)	(5.294)	n.m
Depreciação & Amortização	(32.282)	(24.360)	32,5%	(105.122)	(97.750)	7,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(68.681)	(62.608)	9,7%	(258.800)	(231.058)	12,0%
Custo de Construção (IFRS)	(45.481)	9.668	n.m	(137.131)	(140.152)	-2,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(3.698)	(6.078)	-39,1%	(14.792)	(24.079)	-38,6%
Custos & Despesas Operacionais	(117.859)	(59.018)	99,7%	(410.724)	(395.289)	3,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

No ano de 2019, os Custos & Despesas Administráveis totalizaram R\$ 141,3 milhões, representando um aumento de 10,4% em relação aos R\$ 128,0 milhões de 2018.

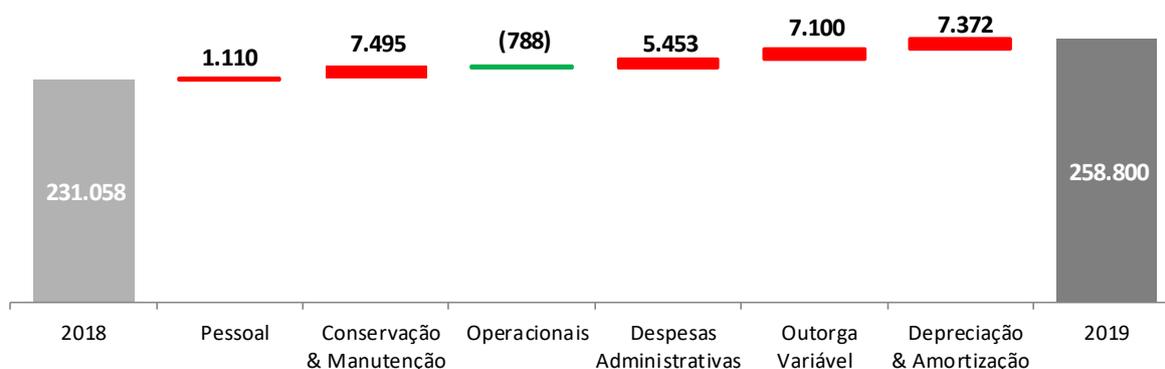


Os custos com Pessoal mantiveram-se em linha com o ano anterior. As linhas de Conservação & Manutenção ficaram maiores devido ao início de conservação de trechos recém implantados e serviços de sinalização viária e manutenção de terraplenos. Também houve a reclassificação de serviços de limpeza e paisagismo passando de Custos Operacionais para Conservação & Manutenção. O acréscimo em Despesas Administrativas é explicado, principalmente, por maiores desembolsos com assessorias jurídicas e provisões judiciais.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



Varição dos Custos e Despesas Operacionais Ajustados (R\$ Mil)



EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	52.473	(14.480)	n.m	8.374	(90.050)	-109,3%
Resultado Financeiro Líquido	39.096	35.234	11,0%	164.151	161.484	1,7%
IRPJ & CSLL	(65.058)	(1.966)	3209,1%	(68.739)	(4.115)	1570,4%
Depreciação e Amortização	32.282	24.360	32,5%	105.122	97.750	7,5%
EBITDA ICVM 527	58.793	43.148	36,3%	208.908	165.069	26,6%
Margem EBITDA	40,7%	55,5%	-14,7 p.p	40,6%	35,7%	4,9 p.p
Receita de Construção (IFRS)	(45.481)	9.263	n.m	(137.131)	(141.554)	-3,1%
Custo de Construção (IFRS)	45.481	(9.668)	n.m	137.131	140.152	-2,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	3.698	6.078	-39,2%	14.792	24.079	-38,6%
EBITDA Ajustado¹	62.491	48.821	28,0%	223.700	187.746	19,1%
Margem EBITDA Ajustada¹	63,2%	56,1%	7,1 p.p	59,3%	58,5%	0,8 p.p

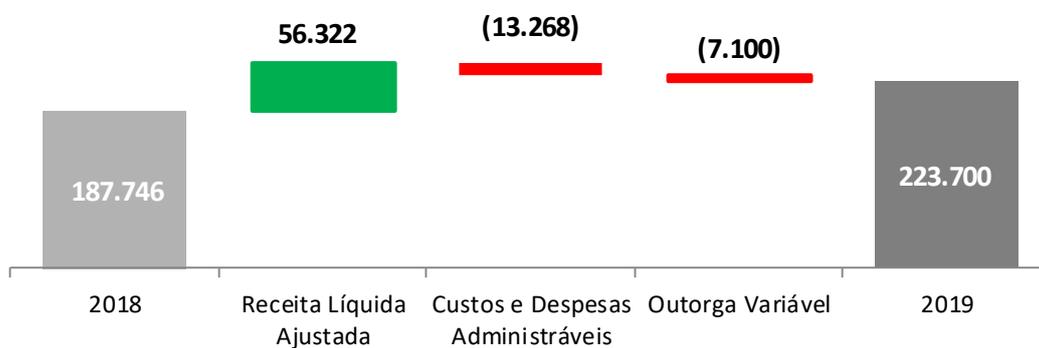
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 223,7 milhões no ano de 2019, uma variação positiva de 19,2% em relação ao ano de 2018 e a Margem EBITDA Ajustada atingiu 59,3%. O resultado positivo ocorreu devido ao aumento na receita com pedágio, explicado pelo aumento no número de VEPs e reajustes tarifários ocorridos em dezembro de 2018 e julho de 2019.



Varição do EBITDA Ajustado

(R\$ Mil)



Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Resultado Financeiro	(39.095)	(35.234)	11,0%	(164.151)	(161.484)	1,7%
Receitas Financeiras	2.211	1.837	20,4%	7.116	7.265	-2,0%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.668	1.906	-12,5%	6.517	7.077	-7,9%
Outros	543	(70)	n.m	599	188	n.m
Despesas Financeiras	(41.307)	(37.071)	11,4%	(171.267)	(168.749)	1,5%
Comissões e despesas bancárias	(531)	439	n.m	(13.676)	-	n.m
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(9.938)	(11.935)	-16,7%	(41.800)	(51.125)	-18,2%
Varição monetária passiva	(13.439)	(8.524)	57,7%	(47.603)	(51.605)	-7,8%
Juros sobre debêntures	(17.362)	(16.375)	6,0%	(67.836)	(65.181)	4,1%
Outros	(36)	(675)	n.m	(352)	(838)	-58,0%

No exercício de 2019, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 164,2, um aumento de 1,7% em relação ao exercício de 2018. Este aumento ocorreu em razão das maiores Despesas Financeiras, decorrente, principalmente, por *Waiver Fee* paga aos debenturistas da 2ª emissão de debêntures, após deliberarem pelo não vencimento antecipado das debêntures, como pode ser visto no capítulo Endividamento deste Relatório da Administração.

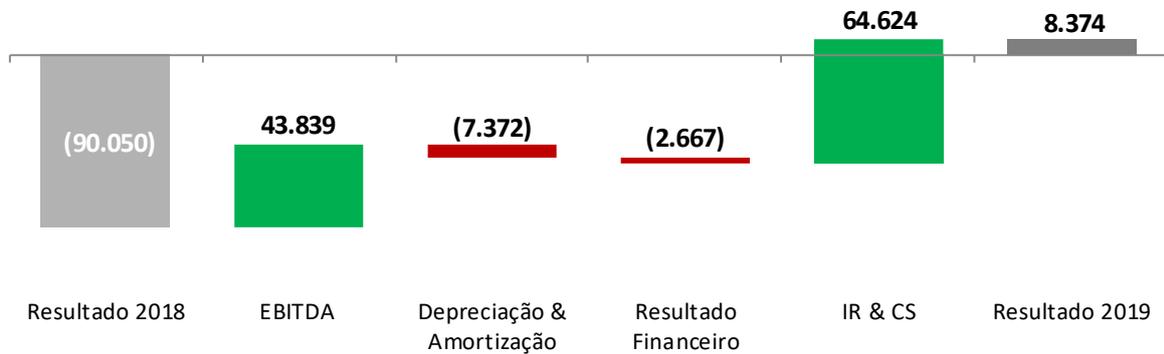
Resultado do Exercício

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	52.473	(15.142)	446,6%	8.374	(90.050)	n.m

A CART apresentou um Lucro Líquido de R\$ 8,3 milhões no ano de 2019, um aumento expressivo em relação ao ano de 2018, explicado pelo aumento do EBITDA Ajustado e pelo complemento do IRPJ e CSLL Diferidos após revisão das projeções da base tributária com base na Instrução CVM 371/2002, permitindo maior compensação dos referidos tributos.



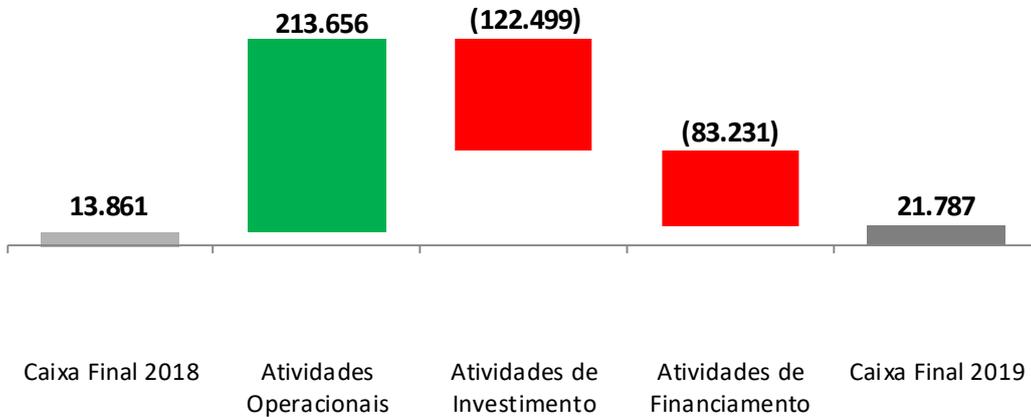
Evolução do Resultado (R\$ Mil)



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia ficou maior em 2019, com R\$ 21,8 milhões, devido à maior geração de caixa das Atividades de Operacionais.

Fluxo de Caixa (R\$ Mil)



ENDIVIDAMENTO



Disponibilidades e Endividamento (R\$)	2019	2018	▲
Dívida Bruta	(1.377.823)	(1.459.486)	-5,6%
Curto Prazo	(190.729)	(158.046)	20,7%
Empréstimos e Financiamentos	(140.143)	(141.158)	-0,7%
Debêntures	(50.586)	(16.889)	n.m
Longo Prazo	(1.187.094)	(1.301.439)	-8,8%
Empréstimos e Financiamentos	(249.211)	(358.306)	-30,4%
Debêntures	(937.883)	(943.134)	-0,6%
Disponibilidades	93.715	93.354	0,4%
Caixa e equivalentes de caixa	21.787	13.861	57,2%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	71.928	79.493	-9,5%
Dívida Líquida Ajustada	(1.284.108)	(1.366.132)	-6,0%

¹Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

No exercício de 2019, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida de R\$ 1,3 bilhão, representando uma redução de 6,0% em relação ao ano anterior. Essa redução ocorreu em função do fluxo de amortização de dívida e pelo aumento do saldo de caixa. Em 5 de junho de 2019, foi concluída a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, onde foi obtido *waiver* dos debenturistas para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures. A necessidade de obtenção de *waiver* surgiu após revisão dos ratings da Companhia e da referida emissão, em 11 de fevereiro de 2019, passando de 'brA-' para 'brBB-'. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da Invepar, controladora da Companhia. Maiores informações sobre este assunto podem ser verificadas na nota explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2019.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2019	2018	▲
Investimento Total	120.745	182.738	-33,9%
Imobilizado	1.150	942	22,1%
Intangível	142.984	192.518	-25,7%
Direito de Concessão (Investimento)	142.984	192.518	-25,7%
(-) Transação Não Caixa	(23.389)	(9.321)	n.m
(-) Margem de Construção	-	(1.402)	n.m

Ao longo de 2019 a Companhia investiu R\$ 120,7 milhões destinados, principalmente, aos projetos de manutenção da pavimentação, com recuperação do asfalto do corredor principal, e de recuperação estrutural, com reforço e instalação de OAEs (obras de arte especiais).



Considerações Finais

PERSPECTIVAS E PLANOS

É esperado que até o final do primeiro semestre deste ano esteja concluído o processo de venda da Companhia pela Invepar para o ao Infraestrutura Brasil Holding II S.A. A conclusão desta operação depende do cumprimento das condições precedentes que incluem as aprovações de órgãos reguladores e de credores, como os debenturistas da 2ª emissão de debêntures. A Companhia e a Invepar estão conduzindo as ações necessárias para a obtenção de todas as aprovações e cumprimento das demais condições precedentes. Enquanto isso, a CART seguirá direcionada para a excelência na gestão das suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas.

Por fim, a Companhia espera que sejam rapidamente implementadas as medidas necessárias para mitigar os efeitos da disseminação do COVID-19. A Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Invepar e suas controladas utilizam os serviços de auditoria independente da Grant Thornton Auditores Independentes desde 01 de abril de 2016. No exercício encerrado em dezembro de 2019, os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa, que não entre em conflito com as normas de independência dos auditores externos NBCTA -200.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior



Anexos

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T19	4T18	▲	2019	2018	▲
Receita Bruta	153.687	84.666	81,5%	550.502	493.965	11,4%
Receitas com Pedágio	103.796	89.240	16,3%	396.103	334.709	18,3%
Receitas Acessórias	4.411	4.690	-6,0%	17.268	17.703	-2,5%
Receita de Construção (IFRS)	45.481	(9.263)	n.m	137.131	141.554	-3,1%
Deduções da Receita Bruta	(9.319)	(6.862)	35,8%	(35.994)	(31.357)	14,8%
Receita Líquida	144.368	77.804	85,6%	514.508	462.608	11,2%
Custos & Despesas	(117.859)	(59.018)	n.m	(410.724)	(395.289)	3,9%
Pessoal	(8.398)	(8.195)	2,5%	(32.437)	(31.327)	3,5%
Conservação & Manutenção	(9.600)	(8.967)	7,1%	(42.842)	(35.347)	21,2%
Operacionais	(7.206)	(9.918)	-27,4%	(29.568)	(30.356)	-2,6%
Outorga Variável	(3.246)	(1.417)	n.m	(12.394)	(5.294)	n.m
Despesas Administrativas	(7.949)	(9.752)	-18,5%	(36.437)	(30.984)	17,6%
Custo de Construção (IFRS)	(45.481)	9.668	n.m	(137.131)	(140.152)	-2,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(3.698)	(6.078)	n.m	(14.792)	(24.079)	-38,6%
Depreciação & Amortização	(32.282)	(24.360)	32,5%	(105.122)	(97.750)	7,5%
RESULTADO OPERACIONAL	26.509	18.786	41,1%	103.786	67.321	54,2%
Resultado Financeiro	(39.095)	(35.233)	11,0%	(164.151)	(161.484)	1,7%
Receitas Financeiras	2.211	1.837	20,4%	7.116	7.265	-2,0%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.668	1.906	-12,5%	6.517	7.077	-7,9%
Outros	543	(70)	n.m	599	188	n.m
Despesas Financeiras	(41.307)	(37.070)	11,4%	(171.267)	(168.749)	1,5%
Comissões e despesas bancárias	(531)	439	n.m	(13.676)	-	n.m
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(9.938)	(11.935)	-16,7%	(41.800)	(51.125)	-18,2%
Variação monetária passiva	(13.439)	(8.524)	57,7%	(47.603)	(51.605)	-7,8%
Juros sobre debêntures	(17.362)	(16.375)	6,0%	(67.836)	(65.181)	4,1%
Outros	(36)	(675)	n.m	(352)	(838)	-58,0%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(12.587)	(16.447)	-23,5%	(60.364)	(94.163)	-35,9%
Imposto de Renda Diferido	47.837	487	n.n.	50.543	3.026	n.n.
Contribuição Social Diferida	17.221	175	n.m.	18.196	1.089	n.m.
IR & CSL	65.058	662	n.m.	68.739	4.115	n.m.
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	52.471	(15.784)	n.m	8.375	(90.048)	n.m



Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ Mil)	2019	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	21.787	13.861
Créditos a receber	22.998	20.395
Estoques	2.104	2.287
Impostos a recuperar	1.899	718
Adiantamentos	2.164	2.065
Partes relacionadas	521	1.094
Total do Circulante	51.473	40.420
Ativo Não Circulante		
Partes relacionadas	-	524
Impostos diferidos ativos	77.715	8.976
Depósitos judiciais	19.047	18.938
Outros	9	9
Imobilizado	3.806	4.604
Intangível	2.325.896	2.286.603
Total do Não Circulante	2.426.473	2.319.654
TOTAL DO ATIVO	2.477.945	2.360.074



Passivo (R\$ Mil)	2019	2018
Passivo Circulante		
Fornecedores	44.694	33.795
Empréstimos e financiamentos	140.143	141.158
Debêntures	50.586	16.889
Impostos a recolher	4.464	4.095
Obrigações com empregados e administradores	6.077	5.479
Concessão de serviço público	1.099	504
Partes relacionadas	4.363	14.614
Receita Diferida	9.060	8.805
Outros	865	714
Total do Circulante	261.351	226.053
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	249.211	358.306
Debêntures	937.883	943.134
Partes relacionadas	-	143
Provisão para riscos processuais	66.887	57.782
Receita diferida	39.129	41.338
Provisão para manutenção	133.243	118.450
Total do Não Circulante	1.426.353	1.519.153
TOTAL DO PASSIVO	1.687.704	1.745.206
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.560.500	1.180.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	167.000	380.500
Prejuízos Acumulados	(937.258)	(945.632)
Total do Patrimônio Líquido	790.242	614.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.477.945	2.360.074



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 20 de março de 2020, referente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da VIA 040 declara que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Grant Thornton Auditores Independentes.